

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata n.º 009/07.

1
2
3
4 Aos sete dias do mês de maio de dois mil e sete, às dezoito horas e quinze minutos, pelos
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se
6 para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de
7 Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, n.º 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob coordenação da
8 Presidente Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**, e na presença dos **CONSELHEIROS DA**
9 **SOCIEDADE CIVIL**: Eliane Gassen – **USBEE**; Eunice Zimmermann – **Instituto Leonardo**
10 **Murialdo**; Arnaldo Batista S. dos Santos – **Sociedade Educação e Caridade – Instituto São**
11 **Benedito**; Denise Araci Leonhardt – **Associação Cristã Feminina**; Miriam Dabdab D. Kolinger –
12 **CORAS Centro**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**; Lourdes Maria Pretto –
13 **CORAS Cristal**; Maria Francisca da Silva Oliveira – **CORAS Eixo Baltazar**; Irilde B. da Silva –
14 **CORAS Extremo Sul**; Heloísa Helena L. Vinõlo – **CORAS Glória**; Frei José Bernardi e Lurdes
15 Vargas de Souza – **CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Carlos B. da Silva e Nelcy G. da Silva –
16 **CORAS Leste**; Rose C. Canabarro – **CORAS Nordeste**; Marister da Cunha John – **CORAS**
17 **Noroeste**; Maria Lopes Rodrigues e Elvira Centena da Silva – **CORAS Norte**; Paulo Francisco da
18 Silva – **CORAS Partenon**; Leila Maria Pitta de Azevedo – **CORAS Restinga**. **CONSELHEIROS**
19 **DO GOVERNO**: Cristina N. de Moraes Torres – **Câmara Municipal**; Márcia L. Soares – **DMAE**;
20 Cláudia Ilha de Lima e Sandra Mara Nunes – **FASC**; Eloísa Helena C. Strehlau – **SMC**; Mara
21 Rosane M. Prado – **SME**; Maria do Carmo de Souza – **SMED**; Deisi Teresinha Vicentini Albring –
22 **SMF**; Carla N. dos Santos – **STCAS**. **FALTAS JUSTIFICADAS**: Glademira Margareth C.
23 Barbosa – **CORAS Restinga**; Vilma Maria O. da Silva e Alfa Scavone – **SMA**.
24 **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Maria Bernadette M. de Medeiros e Anahí M. Melgare –
25 **CRESS**; Milda S. Pinent e Viviane B. Rodrigues – **UAMPA**; Josiane S. Cardoso e Gislaine S.
26 Roncoli – **CORAS Cruzeiro**; Francisco T. de Lima e Adriana Regina D. Bezetti – **CORAS Lomba**
27 **do Pinheiro**; Gleci Godoy Alvarenga – **CORAS Sul**. **AUSENTES/GOVERNO**: Carmem Lopes e
28 Adalberto Gomes F. Júnior – **Câmara Municipal**; Sueli Terezinha Luckemeyer e Letícia G. de
29 Souza – **DEM HAB**; Andréia Paim Leal e Jairo Armando dos Santos – **DMLU**; Paulo Roberto
30 Pontes e Júlio Fontoura – **SMDHSU**; Patrick de Oliveira Teixeira, Adriana Furtado e Carlos
31 Fernando S. Filho – **SMGL**; Carmen Lúcia S. Garcia – **SMIC**; Adriana M. Maciel e Miriam
32 Cardon Prikladnicki – **SMS**; Lúcia Cristina D. Capitão e Malena B. Ramos, Juliana de Oliveira C.
33 Costa e Vera S. Karros, Meire Ana B. da Silva e Mercedes Helena Vicentini – **STCAS**. **Governo**
34 **Federal**: Sem representação de Conselheiros. Após assinatura da lista de presenças, a Sra.
35 Presidente deu início aos trabalhos. **Pauta: 1. Entrega de Computadores da PROCEMPA às**
36 **Entidades sorteadas; 2. Informes; 3. Votação da Ata nº 008/07; 4. Entidades que não**
37 **regularizaram a situação junto ao CMAS; 5. Lei da Solidariedade; 6. Termo de Convênio**
38 **SASE e Trabalho Educativo. Sra. Presidente (Maria Lopes Rodrigues):** Boa-noite a todos,
39 sejam todos bem-vindos. Nós vamos dar início, ainda não temos *quorum*, mas temos como primeiro
40 ponto de Pauta a entrega dos computadores. A Pauta está no quadro, mas quero pedir permissão
41 para incluir dois ofícios, que nós temos que indicar pessoas para compor comissões. Então, quero
42 estar acrescentando na Pauta. Pode ser? Obrigada **1. Entrega de Computadores da PROCEMPA**
43 **às Entidades sorteadas.** Todos sabem que nós tínhamos ganhado três computadores, que
44 destinamos àquelas Entidades que não têm computador. Fizemos um sorteio aqui na Plenária e
45 saíram as Entidades que nós chamados hoje para estarem recebendo esses equipamentos. Nós
46 pedimos que os representantes legais viessem, porque nós temos um termo de doação que deve ser
47 assinado. Qual o objetivo de estarmos repassando? Vocês sabem que existe a proposta pelo gestor
48 de informatização de todo do sistema, não só pela Fundação, nós também defendemos isso, porque

49 hoje nós estamos em um mundo informatizado. Como recebemos esses três computadores, tiramos
50 o seguinte critério: nós repassaríamos para as instituições que não têm e têm dificuldade de adquirir.
51 Na verdade, são aquelas instituições menores, que têm as maiores dificuldades. Então, vamos estar
52 repassando. É importante a gente estar lembrando às Entidades da importância de estarem cada vez
53 mais qualificando o seu serviço, eu acho que os computadores vêm a ajudar. Em um futuro bem
54 próximo queremos estar acessando todos os serviços via rede, isso diminui a burocracia, isso nos
55 facilita a vida. E tomara que logo a gente consiga também que as Entidades conveniadas estejam
56 fazendo a prestação de contas via Internet. Se a gente conseguir isso é um grande avanço. Então, eu
57 quero começar pelas Entidades, quem não estava no dia do sorteio eu vou ler: Clube de Mães União
58 Esperança, da Glória, Sociedade Beneficente Heróphilo de Azambuja e Associação de Moradores
59 Amigos da Vila das Laranjeiras. Só que a Associação de Moradores Amigos da Vila das Laranjeiras
60 está em um processo eleitoral, a documentação não está pronta. Então, não vamos conseguir
61 repassar hoje, vamos ficar no aguardo, tem que vir a ata, porque se houve eleição e tem uma nova
62 diretoria, esta diretoria nova responde a partir do momento da homologação da ata, que me parece
63 não é o caso de vocês ainda. Então, quem está respondendo é que deve receber. Então, não há
64 nenhum problema de vocês estarem participando da Plenária, ela é aberta, só que a gente não vai
65 poder estar repassando hoje para vocês. Então, nós precisamos de cópia da documentação e o
66 representante legal para que possa estar recebendo, mas está aqui, no momento que estiver tudo ok é
67 só retirar. Então, eu vou chamar em primeiro lugar a Sociedade Comunitária Heróphilo de
68 Azambuja. A gente vai repassar uma cópia do termo e uma cópia da nota fiscal. Então, passamos à
69 mão da Entidade, esperamos que seja muito bem aproveitado. O Clube Mães União Esperança, que
70 é o mesmo procedimento. Nós já temos *quorum*, podemos seguir. O nosso segundo ponto de Pauta
71 são Informes. Quer começar, Maria do Carmo? **2. Informes. Sra. Maria do Carmo de Souza:** Eu
72 tenho dois informes: um é que eu estou preenchendo as pré-conferências. Então, quem tem data,
73 local e horário já poderia nos repassar para já preencher, deixar completo com o pessoal da
74 Secretaria. E também comunicar a vocês que nós estamos no Quadrante IV com as mulheres do
75 Escola Aberta, as artesãs, as oficineiras e oficinandas, expondo junto com os clubes de mães de
76 associações na Feira da Mulher, que está acontecendo de hoje até sábado às 14 horas, a Feira das
77 Mães, que as artesãs de toda a Porto Alegre estão expondo lá. Nós temos duas escolas, a
78 Montecristo e a Marcílio, uma do Extremo Sul e uma do Partenon. Se vocês quiserem passar por ali
79 para ver, é bem bonito o trabalho. Fica Quadrante IV, no Mercado Público, onde sempre tem a feira.
80 É aquela feira que a SMIC oferece, a gente tem conseguido, até foi uma conquista que a gente fez o
81 ano passado. **Sra. Presidente:** Mais algum informe? **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Eu tenho o
82 informe do reajuste do repasse. Teve reunião com o Busatto, o repasse que ele está propondo é de
83 10% e uma tentativa na Câmara de criar uma lei para fazer uma taxa comunitária para as creches e
84 SASE conveniados com a Prefeitura na conta de água e taxa de lixo. Amanhã vai para o Fórum de
85 Entidades e ele está esperando a resposta do Fórum de Entidades se aceita os 10% ou não para ver o
86 aditamento de convênios. Então, amanhã o Fórum de Entidades vai decidir, porque o Fórum tem a
87 proposta de 12% no mínimo, que quanto menor as Entidades o reajuste chegou a 20% a folha de
88 pagamento. Aí com 10% não cobre a despesas das Entidades pequenas. Tem que rever isso, porque
89 Entidade grande que pagava um pouco mais de salário mínimo o aumento foi de 5%, mas as
90 Entidades que pagavam o salário mínimo o aumento foi de 19,63%. Então, está tendo esse impasse
91 e amanhã as Entidades vão se manifestar se aceitamos 10% ou se vão firmar pé nos 12%. Ele vai
92 ficar aguardando a reunião após o Fórum de Entidades e a diretoria vai levar a resposta para ele.
93 **Sra. Presidente:** Alguém mais? Então, temos o informe da reunião descentralizada do CNAS, onde
94 estivemos presentes na semana passada, que a Sandra vai estar passando para a Plenária e vamos
95 estar complementando. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Nós participamos da 147ª Reunião Ordinária,
96 que é a reunião descentralizada e ampliada do Conselho Nacional, onde se reúne Conselho
97 Nacional, os Conselheiros estaduais e Conselheiros municipais de todo o Brasil. Então, é uma

98 reunião que já aconteceu outras vezes e essa foi mais uma edição. Participamos a Presidente, a
99 Mariazinha, eu como vice-Presidente, o Arnaldo como componente da Executiva, a Denise também
100 participou pela Entidade dela. O encontro foi bastante produtivo, teve vários painéis, várias
101 temáticas, ele foi de 23 a 26 de abril. No dia 23 foi a abertura com a presença do Ministro do MDS,
102 o Patrus Ananias, demais Presidentes do CNAS e demais autoridades que lá estavam, em especial o
103 Estado anfitrião, São Paulo, onde estava o Prefeito de São Paulo, o Secretário e demais autoridades.
104 No dia 24 tivemos as diretrizes para a V Conferência Nacional, onde nos foi passado orientações,
105 que depois vieram orientações pelo *site*, que estão no *site* do Conselho Nacional, as orientações
106 sobre a realização das conferências municipais. Em relação a isso foram apresentadas as diretrizes,
107 mas houve a orientação de que as conferências municipais serão orientadas pelos Conselhos
108 Estaduais. Então, nesta quarta-feira teremos um seminário de orientação com o Conselho Estadual
109 de Assistência Social sobre a realização da Conferência Municipal. Então, o desdobramento e o
110 detalhamento de como vai ser a organização das conferências municipais vai ser dado nesta quarta-
111 feira. A Conferência Nacional vai acontecer de 14 a 17 de dezembro, na ocasião a nossa Presidente
112 fez convite ao Ministro, ao Presidente do Conselho Nacional e ao Conselheiro Ademar, que já
113 esteve conosco para estarem participando da nossa conferência, foram entregues os convites, eles
114 ficaram de confirmar a agenda. Então, no dia 24 foram as diretrizes, que é esse material que está
115 disponibilizado, que nós estaremos trabalhando no nosso seminário do dia 14 sobre as orientações
116 para as pré-conferências. O material está extenso, então, a gente precisa confirmar com o Conselho
117 Estadual no dia 9 para estar repassando para vocês. No mesmo dia 24 nós tivemos uma apresentação
118 à tarde de duas pesquisas, uma pesquisa nacional por amostra de domicílios e uma pesquisa de
119 informações básicas municipais. Então, essa apresentação foi difícil, no power point a gente não
120 conseguia ler o material e o palestrante estava com problema no som, também de dicção, foi bem
121 complicada essa tarde no sentido de pode apreender as informações que foram passadas das
122 pesquisas. Este material também está disponibilizado no *site*, todas as discussões estarão no *site* do
123 Conselho Nacional. Na quarta-feira houve um painel sobre a automatização dos processos, os
124 trabalhos e fluxos do Conselho Nacional, o novo sistema do sistema de informação do Conselho
125 Nacional, a importância da certificação de Entidades no aprimoramento e consolidação da rede
126 SUAS, apresentado pela Comissão de Normas. Também teve implicações do financiamento na
127 execução da política nacional e controle social, que foi um outro painel. À tarde nós tivemos a
128 relação do SUAS com que política de garantia, um plano nacional de promoção à convivência
129 familiar e comunitária, que nós já conversamos este ano aqui, que é o plano nacional construído
130 pelo CONANDA e que foi aprovado pelo Conselho Nacional no final de 2006. Este plano foi
131 apresentado e ficou um desafio em nível de Brasil de uma integração entre os Conselhos Municipal,
132 da Criança e a Adolescente e da Assistência Social no acompanhamento ao plano. Na Plenária
133 houve um questionamento pela representante do CONANDA, tinha em torno de umas mil pessoas
134 no evento, de como estavam os municípios em relação à implantação do plano esse já havia sido
135 falado das comissões intersetoriais. E no máximo umas cinco ou seis pessoas levantaram a mão, ou
136 seja, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária não está instalado em nível de Brasil,
137 instado e assumido pelos respectivos Conselhos. Então, ficou um desafio para todos os Estados
138 estarem discutindo o plano. Depois teve um painel sobre controle social, sobre o plano de
139 acompanhamento e fortalecimento dos Conselhos. A partir das 18 horas teve reuniões, a primeira
140 foi Fórum Nacional de Assistência Social e reunião dos Conselhos de Assistência Social. No último
141 dia nós acompanhamos duas reuniões, que lá são chamadas de câmaras, que seria da Comissão de
142 Normas, era uma reunião aberta, era uma reunião de aprovação de inscrição e registro de Entidades
143 e emissão de certificados. Essa comissão é em nível nacional deliberativa, ou seja, ela já aprova o
144 certificado, isso não passa pela Plenária porque é muito grande, é do Brasil todo e cada Conselheiro
145 apresenta as suas Entidades e as Entidades que foram aprovadas, ou não aprovadas, e questionados
146 pelos demais Conselheiros do Conselho Nacional. Depois nós participamos, mas depois não deu

147 mais tempo em função de horário de vôo, que foi uma Planária do Conselho Nacional. Foi bem
148 interessante para nós vermos o funcionamento e como acontece uma Plenária, que não é muito
149 diferente do funcionamento das nossas. Algumas coisas que a gente viu de interessante em nível
150 nacional e que para nós é interessante avaliar, é com relação à organização dos Conselhos, muitos
151 Conselhos em nível de Brasil com problemas de Secretaria Executiva, ou só uma pessoa para todo o
152 trabalho administrativo do Conselho. Sérios problemas com o gestor, inclusive, alguns Estados
153 fizeram denúncias de que não tinham sido nem financiados para ir à reunião descentralizada pelo
154 gestor. Nesse caso os Conselheiros tiveram que assumir as suas despesas, não houve nenhuma
155 parceria e nem garantia de repasse pelo gestor. Foi importante esse encontro no sentido da gente se
156 apropriar mais e poder estar até olhando para o nosso Conselho, ver que temos tido plenárias
157 participativas, com *quorum*, uma relação com o gestor que já teve dificuldades, mas que hoje está
158 com uma relação melhor na discussão e na deliberação de projetos de ações e controle social. Eu
159 tentei fazer uma síntese, mas é muita coisa para passar. Eles disponibilizaram lá duas publicações,
160 que vai ficar à disposição aqui no CMAS, nós não teríamos condições de reproduzir pelo Conselho
161 para cada um neste momento. Houve uma promessa de que o Conselho Nacional vai encaminhar
162 número suficiente para os Conselhos Municipais, que são dois cadernos de orientação para
163 Conselheiros, como se fossem duas cartilhas. Um tem o título de Orientação Acerca dos Conselhos
164 e do Controle Social da Política Pública de Assistência Social, o outro Implicações do SUAS na
165 Gestão Descentralizada na Atuação dos Conselhos de Assistência Social. Os dois materiais são bem
166 interessantes e tem até um trecho que eu vou ler rapidamente, ele dá uma idéia do que trata o
167 material: *Bem-vindo Conselheiro. Ao tornar-se Conselheiro você acaba de receber uma herança, o*
168 *lugar que você ocupa hoje no Conselho de Assistência Social foi conquistado pela certeza que*
169 *muitas pessoas, grupos e instituições tinham e ainda têm na capacidade de mudar o próprio destino*
170 *e o destino do nosso País. Esta criança que está na origem da construção da Constituição*
171 *Brasileira de 88, nessa época as emendas populares foram fundamentais para que as propostas dos*
172 *cidadãos comuns fossem discutidas pelos parlamentares do Congresso Constituinte. Especialmente*
173 *as Emendas nº 21, 22 e 56 garantiram que a Lei Máxima reconhecesse que o poder do povo pode*
174 *ser exercido de duas maneiras: por meio da participação, também conhecida como democracia*
175 *participativa, e pela eleição, também conhecida como democracia representativa, porque*
176 *escolhemos um representante pelo voto. É isso que está expresso no art. 1 do Conselho da*
177 *Constituição Federal.* Então, é um material interessante no sentido de estar dando as diversas
178 orientações aos Conselheiros, tem um resgate histórico da política de assistência social e da
179 participação brasileira. Este material vai ficar disponível no CMAS para leitura, ou o Conselheiro
180 que puder xerocar, porque vai ser difícil a gente disponibilizar no momento, mas para leitura pode
181 ser feito aqui. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** Uma das reuniões que teve muito interessante,
182 digamos assim, não foi criticada, mas foi sugerida, que foi a reunião junto com o Tribunal de
183 Contas, o TCU e a Corregedoria. Na verdade, foi muito importante esta Plenária, digamos assim,
184 mas foi feito, infelizmente, em um horário, no final do dia. Então, acabou-se tornando cansativo
185 para assimilar, mas quem assimilou, teve esclarecimentos muito importantes sobre a questão do
186 Tribunal de Contas. Na verdade, quem vê de longe, pela explicitação deles, parece que o Tribunal
187 de Contas é o diabo, não libera dinheiro, tranca tudo. Então, eles foram lá esclarecer as
188 metodologias, os encaminhamentos e que eles sim estão sempre à disposição da área da assistência
189 social. O que está havendo realmente é a questão, às vezes, de má informação, mas não tão diferente
190 daqui, que até já houve uma plenária, onde a gente falou dessa questão de um diálogo mais
191 próximo. Isso foi considerado por alguns Conselheiros como inovador pelo fato de que está lá o
192 pessoal do Tribunal de Contas esclarecendo, disponível a isso, aos seus Conselheiros Municipais.
193 Também outro fato inovador durante o processo foi também estarem juntos o Conselho Nacional de
194 Assistência Social e o CONANDA, que também teve essa abertura de debate, onde estavam juntos
195 dentro de um processo, que é o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Eu diria

196 que não é privilégio de todos os municípios, estados, estarem sempre os mesmos Conselhos juntos,
197 nem sempre, mas é o entender do Conselho Nacional e do CONANDA, que estavam juntos em um
198 processo, vendo a ótica desse programa; mas eu acho que faltou um esclarecimento para o Conselho
199 Nacional, ou ao CONANDA, verificar que não houve, ou não há, engajamento dentro dos
200 municípios entre esses dois Conselhos. Os dois Conselhos nem sempre se dão, estão sempre se
201 peleando. Isso foi discutido, foi levado através de alguns Conselheiros essa interrogação, que não é
202 uma coisa unânime verificar dois Conselhos juntos em prol de um programa. **Sra. Presidente:** Eu
203 acho que tem mais quatro materiais que foram disponibilizados, este aqui é o Olho-Vivo no
204 Dinheiro Público, que também a Controladoria-Geral da União publicou, Orientações para os
205 Conselhos da Área de Assistência, que também foi produzido pelo TCU. Então, estão sendo
206 produzidos vários materiais. Nós já enviamos a solicitação, não tinha material para todo mundo,
207 mas a gente está solicitando para ver se conseguimos um exemplar para cada Conselheiro. Está
208 disponibilizado no *site*, mas são materiais grandes. Também teve este material aqui, que é o Rede
209 SUAS, que é a Gestão do Sistema de Informatização para o Sistema Único de Assistência Social.
210 Todos estes materiais estão aqui no Conselho à disposição. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:**
211 Este material foi muito disputado lá, bastante disputado. Foi entregue a partir das 19 horas, estava
212 todo mundo cansado, porque foi dito no meio da tarde que só seria entregue o material para quem
213 ficasse a partir das 18 horas em diante. Teve alguns que ficaram, deu peleia da braba, na verdade.
214 Foi entregue para alguns e alguns só ficaram lá para receber e caíram fora, ou seja, isto acontece em
215 qualquer lugar do País. **Sra. Presidente:** O que a gente conclui de tudo isso? Que a nossa realidade
216 não é diferente das outras. Pelo que a gente ouve, pelo que a gente percebe, eu diria que a gente
217 está em um estágio muito mais avançado, estamos em um estágio muito bom. Independente das
218 nossas dificuldades eu acho que a nossa relação com o gestor em nível de País é muito boa, eu acho
219 que em matéria de infra-estrutura também. Então, eu acho que nós temos muitas coisas boas para
220 contribuir com o restante do País. A gente tem feito várias articulações com outros estados e
221 municípios, enfim, fazendo uma troca. Nós pensamos em poder estar reproduzindo um material
222 nosso do Conselho, e a Denise é uma pessoa que tem lutado muito nesse sentido da gente poder ter
223 um material. Nós chegamos a iniciar, mas não conseguimos reproduzir, quem sabe este ano a gente
224 consegue. Ele é muito parecido com este material que está ali. Eu acho que nós podemos estar
225 pensando, quem sabe vendo com o próprio MDS, a gente pode estar fazendo algumas adequações e
226 estar reproduzindo este mesmo material para nós aqui em Porto Alegre. Em relação ao convite ao
227 Ministro para ser o palestrante da nossa Conferência, a gente entregou em mãos o convite, o
228 Presidente do Conselho também. Então, a missão que a gente tinha foi cumprida. Não tivemos ainda
229 retorno, mas conseguimos cumprir aquilo que a gente tinha proposto. **Sra. Irlide B. da Silva:** Qual
230 é o material que a gente vai trabalhar? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Este material será trabalhado no
231 seminário do dia 14, onde serão combinadas as orientações. **Sra. Presidente:** Nós demos como
232 indicativo o dia 14, mas não discutimos em Plenário. Então, vamos aproveitar para ver se mantemos
233 no dia 14 o nosso seminário. Este seminário é exatamente para estar fechando, porque aí já temos
234 também a orientação do Estado, que é na quarta-feira o seminário, não sei se eles vão estar
235 repassando algum material, mas vão estar repassando as orientações. Em cima dessas orientações
236 nós vamos estar montando a nossa capacitação do dia 14. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** Vai
237 ser visto no Conselho Estadual, mas se vocês tiverem condições de visitar o *site*, é
238 www.mds.gov.br/cnas. Tem um *link* no texto onde há uma instrumentalização para as conferências,
239 para vocês terem uma noção. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Na quinta-feira nós vamos estar
240 preparando um material para entregar para vocês. Por isso que a gente quer essa reunião no dia 14,
241 exatamente para preparar. **Sra. Presidente:** Todos concordam que seja realmente dia 14 a
242 capacitação? Alguém discorda? Alguém se abstém? Então, está definido, é dia 14. **Frei José**
243 **Bernardi:** Este texto que está no *site* é o que vai ser o subsídio para o seminário? Eu acho que se a
244 gente tivesse o subsídio para o seminário com antecedência, a gente pelo menos minimiza o

245 problema da função de que tem pouco tempo para discutir. **Sra. Presidente:** A orientação do
246 Conselho Nacional é que tudo está colocado nessa informação seja trabalhado, essa é a orientação,
247 mas compete ao Estado definir. Vai ser dia 9, o Estado está chamando dia 9 para passar as
248 orientações. Se são orientações do Nacional, eu acho que o Estado não pode mudar muito. Então,
249 por que estamos dizendo, está disponibilizado no site, quem quiser pode estar acessando. Agora,
250 nós só vamos poder dizer que é isso a partir do dia 9, porque nós temos que seguir a orientação do
251 Estado. Então, resolvida essa questão? Vamos passar para o próximo ponto. Então, é no dia 14, às
252 18 horas, sem horário de término, isso tem que ficar acordado aqui. Até às 20 horas é a proposta, se
253 precisar ficar até às 21 horas, vai depender da necessidade. **3. Votação da Ata nº 008/07.** A questão
254 das atas, tem algum adendo? Podemos colocar em votação? Alguém discorda com a aprovação
255 desta ata? Alguém se abstém? Aprovada. **4. Entidades que não regularizaram a situação junto**
256 **ao CMAS.** O nosso próximo ponto de pauta é em relação às Entidades que não regularizaram a sua
257 situação junto ao CMAS. Qual é o encaminhamento que nós vamos dar? Na Plenária passada vocês
258 chegaram a discutir esta questão, mas não ficou tirado nenhum encaminhamento. Nós precisamos
259 definir qual encaminhamento vai ser dado. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Seria interessante a
260 gente tirar uma relação das Entidades para a gente poder estar conversando. **Sra. Presidente:** Só
261 65% das Entidades encaminharam, são 374 Entidades. **Frei José Bernardi:** Só tem uma questão,
262 nós tínhamos acordado aqui que as secretarias iam receber a documentação mesmo se faltasse
263 aquele parecer da CORAS. Ao menos uma Entidade da minha região telefonou dizendo que não
264 aceitaram. **Sra. Presidente:** Foram três ou quatro casos no início da manhã. **Frei José Bernardi:**
265 Não, foi no dia 3 eu acho. **Sra. Presidente:** Sim, dia 30, no início da manhã, teve três ou quatro
266 casos que não foram aceitos, aí me ligaram, eu disse que se o restante da documentação estava ok
267 era para receber. Então, a partir disso se recebeu. **Sra. Irilde B. da Silva:** A São Francisco, da
268 Extremo Sul, alegou que não foi avisada. Até quando eu assinei, eles têm 100% de presença. **Sra.**
269 **Presidente:** Quem é o Conselheiro da região? **Sra. Irilde B. da Silva:** Eu. **Sra. Presidente:**
270 **Compete ao Conselheiro. Sra. Irilde B. da Silva:** Mas eu perguntei para vocês: *É o Conselheiro*
271 *que avisa as Entidades ou somos nós? Somos nós.* Foi dito isso. É uma pena, porque eles ligaram e
272 por acaso que ficaram sabendo. Isso que foi repassado para mim, que não foi avisado. **Sra. Maria**
273 **do Carmo de Souza:** Eu quero lembrar, porque eu diversas vezes pedi para os Conselheiros
274 titulares e suplentes virem, porque os suplentes também têm essa responsabilidade, porque vocês
275 são a nossa ponta. Eu repeti isso seguidamente nas reuniões, que era importante a gente avisar,
276 alertar quanto à documentação, o prazo, a gente botava no quadro, reforçava. As gurias aqui fazem a
277 parte burocrática de encaminhar *e-mail*, telegrama, mas nós que estamos na CORAS temos que
278 cobrar das Entidades, porque se as Entidades estão participando da CORAS têm que saber que tem
279 renovação, tem manutenção. Desde janeiro a gente vem falando da importância do titular e o
280 suplente trabalharem na CORAS. A gente tem que dar um significado para as nossas CORAS, é
281 importante nesse sentido. É o papel fundamental, isso é uma responsabilidade nossa com o que é
282 legal, uma responsabilidade nossa em cumprir deveres para que a gente tenha direitos. **Sra. Irilde**
283 **B. da Silva:** Isso eu me lembro e falei para eles lá, mas acharam que não tinha importância isso aí.
284 **Sra. Eunice Zimmermann:** Eu só queria complementar que, às vezes, dá impressão que o
285 Conselho é novo, porque as Entidades precisam ser orientadas que o Conselho não é novo, que a
286 CORAS não é nova na região. Daí volta aquela questão da importância da participação da Entidade
287 na CORAS, porque mesmo que na minha CORAS eu não soubesse, as Entidades têm obrigação de
288 saber também, porque já participam, já têm inscrição há mais tempo, eu acho que esse é o grande
289 problema. O que a gente viu no Partenon? Quem ficou com problema na inscrição? Entidades que
290 não vão na CORAS. Bom, a gente liga e avisa, agora, também não vou vir aqui trazer a
291 documentação dele. Então, é essa a questão, não é responsabilidade de um, é responsabilidade de
292 todos que estão inscritos no CMAS, de cumprir com a sua obrigação. **Sr. Carlos B. da Silva:** Eu
293 acredito que a 089 está bem clara, ou não foram na CORAS, ou não leram a 089, ou simplesmente

294 não deram bola para o que está escrito na 089. **Sra. Lourdes Maria Pretto:** Eu não sei se a minha
295 região tem alguma ou não, mas como amanhã tenho reunião na CORAS, caso tenha alguma que não
296 entregou pode entregar ainda? **Sra. Presidente:** É isso que nós precisamos definir hoje. Nós
297 precisamos de um encaminhamento. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** A gente até estava tentando
298 reformular a 089, porque em nenhum lugar da 089 dá penalidade, não existe penalidade para quem
299 não entrega. e a nova resolução que a gente está fazendo estamos tentando colocar isso aí, uma
300 penalidade para que seja cumprida, mas na 089 não tem nenhuma penalidade. Então, não sei se a
301 gente vai deliberar alguma coisa em Plenária. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** Por mais que não
302 tenha penalidade está escrito ali que tem que ter renovação, senão for feita renovação tem
303 conseqüências. A título de encaminhamento, sem querer ser carrasco, mas a questão é a seguinte,
304 aquelas instituições que correram para colocar os seus documentos em dia, que fizeram, pegaram
305 informações, correram, foram nas CORAS, exigiram e tal, eu acho que essas instituições, nem
306 mesmo que haja uma certa suspensão do convênio, essas instituições que correram podem dizer
307 assim futuramente: *Não aconteceu nada com os outros, não vou correr tanto.* De repente, se a gente
308 não fizer alguma coisa, a gente está liberando para que as outras façam também. **Sra. Eliane**
309 **Gassen:** Até porque foi colocado um prazo, senão se torna alvo de uma brincadeira, porque você
310 determina alguma coisa e não cumpre com aquilo, aí se torna sem validade alguma. Eu acho que
311 mais uma vez a gente entra no descrédito, que aqui não dá nada, como muitas coisas que a gente
312 sabe que acontece por aí. Alguns fazem e outros não fazem, não é nem pela questão da penalidade,
313 mas algo tem que diferenciar para aqueles que respeitam. Se tem norma é para ser cumprida, senão
314 cumpriu, paciência. **Sr. Carlos B. da Silva:** Realmente, na 089 não está explícito, mas está
315 intrínseco que quem não fizer a manutenção perde a inscrição. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** O
316 que prejudicou bastante a renovação, a manutenção, foi que muitas Entidades precisavam do
317 atestado de funcionamento, até para outros órgãos, e elas tinham como validade até 2008, 2009, não
318 mudou a diretoria está valendo o documento. Então, elas não tentaram trazer a documentação aqui
319 porque elas tinham um documento já com validade. Isso também prejudicou a que todas fizessem
320 essa manutenção até o dia 30. **Sra. Presidente:** Na fala da Heloísa a gente encerra as inscrições.
321 **Sra. Heloísa Helena L. Vinõlo:** A 089 prevê que para manter a inscrição tem que ser feita a
322 manutenção da inscrição, senão perde a inscrição neste Conselho, independente de ter convênio ou
323 não perde a inscrição. As Entidades da minha região o ano passado já ficaram indignadas, porque
324 elas cumpriram o prazo e tiveram o mesmo tratamento de quem não fez nada, que está a três anos e
325 nem dá satisfação para este Conselho. Então, se a gente não cumprir prazo, não penalizar nem que
326 seja o atraso do repasse, porque se atrasar dois dias eles já vão gritar e vão lembrar que tem dor. Se
327 a gente não fizer nada vai se entender que não é preciso cumprir prazo. Eu acho que a gente tem que
328 começar a exigir que se cumpra prazo, senão a gente está fazendo papel de palhaço aqui. **Sra.**
329 **Marister da Cunha John:** Eu concordo com os colegas, porque se a gente quer legitimar cada vez
330 mais esse espaço da CORAS, estar buscando cada vez mais as pessoas que queiram participar do
331 próprio Conselho, a gente tem que ter uma linha igual para todo mundo. Eu acho que é uma falha, o
332 pessoal que às vezes está no Conselho, com Conselheira nova, fica aquela coisa que parece que não
333 vai se renovar nunca, vai deixando assim lá na CORAS. Não, eu acho que tem que ter alguma
334 penalidade, porque a gente não está aqui por nada, a gente assumiu um compromisso, a gente
335 cumpre horários, está aqui, participa, eles também tem que ter compromisso, mas eles vem correndo
336 quando a corda está aqui, como se a gente fosse culpado: Tu não me ligaste. Na região noroeste
337 ninguém liga mais, desde as duas últimas plenárias ninguém vai ligar mais para dizer que na
338 segunda terça-feira do mês tem reunião, porque as Entidades sabem que tem reunião, não tem que
339 ligar, senão a gente vai estar atrelando paternalismo. Vai à reunião, está ali, está na ata, tem vez e
340 voz, mas não vai se estar atrelando, é muita responsabilidade. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Essa
341 questão da Denise, que ela coloca sobre o certificado, mas está escrito que para ter validade é
342 necessário ter o aval do Conselho a cada ano, até 30 de abril de cada ano. Então, isso está bem claro.

343 Eu acho que é suspender a inscrição, abrir nova e pedir que a FASC publique as Entidades. **Sra.**
344 **Mara Rosane M. Prado:** A visão pedagógica que eu tenho é que antes de cumprimento de prazo,
345 comprometimento, regras, esta questão de cumprimento de acordos, quando se reúnem várias
346 pessoas há um acordo, a gente faz acordos, quando um desses laços rompe esse acordo, se a gente
347 for compactuar com isso a gente também vai ficar quebrando os acordos que nós mesmos tratamos.
348 Então, eu acho que se deve manter o acordo, quem romper o acordo, eu acredito que a manutenção
349 do acordo deve ser significativa e importante para se manter o respeito e o equilíbrio das relações.
350 **Sra. Nelcy G. da Silva:** Eu até concordo com a fala dos colegas, até porque estou no Conselho
351 desde o ano passado e eu acho que tem que cumprir o que está na 089. A Laranjeiras está com a
352 documentação atrasada, eu sou da Associação de Moradores da Vila das Laranjeiras, mas o motivo
353 é que tinha outra coordenadora, eu fiquei um ano afastada, quando eu retornei a documentação
354 estava toda bagunçada, era FASC, era CMDCA, era em tidas. Então, eu consegui já colocar
355 algumas em ordem. Aí o Conselho passou dos 30 dias e eu não consegui organizar essa
356 documentação, porque eu na associação sou pau para toda obra, eu que cuido dessa parte
357 burocrática da associação. Então, eu acho sim, com certeza, os colegas estão certos, as Entidades
358 têm que cumprir com o compromisso e só estou colocando a situação da minha. O que aconteceu foi
359 isso, não foi por não saber, está uma confusão em torno da diretoria. Então, agora um dirigente
360 juridicamente legal está respondendo pela documentação, por tudo. **Sra. Presidente:** A Executiva
361 tirou como encaminhamento, e a gente não colocou antes até para ouvir a opinião de vocês, é que as
362 Entidades que não encaminharam a documentação fiquem suspensas até que se regularize a sua
363 situação. Eu compartilho com vocês de que não dá simplesmente para a gente ficar dando prazo e
364 mais prazo. Então, se 65% cumpriu o restante também poderia ter cumprido. Tirando isso que a
365 Nelcy coloca, situações que muitas vezes fogem por disputas internas dentro das Entidades, mas as
366 Entidades sabem do seu compromisso, da sua obrigação. Tem um detalhe, por que as Entidades vão
367 em peso no Fórum de Entidades? Porque lá é critério, para eles poderem participar do edital tem que
368 participar do Fórum. Então, todo mundo vai, porque eles sabem que se não tiver os 75% não
369 participam de nenhum edital. Eu acho que a questão é que as Entidades têm que estar cientes das
370 suas obrigações também. **Frei José Bernardi:** Eu acho que tem que cair a inscrição, como é a
371 norma, a Entidade faz de novo. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** E perde o número. **Sr. Arnaldo**
372 **Batista S. dos Santos:** Aí é bem rigoroso. Eu acho que pode ser por etapas, Frei. **Sra. Presidente:**
373 Até pode suspender por 30 dias, se em 30 dias não regularizar, aí sim, perde a inscrição. É que nesse
374 caso vai ter todo um outro processo, se suspender leva em torno de 60 a 90 dias. É isso que a gente
375 tem que ver, como ficam essas crianças nesse período. Eu acho que é isso que tem que fazer, só que
376 em primeiro lugar, o que nos importa é o nosso público. **Sra. Eunice Zimmermann:** Mas só
377 suspender não significa dar mais 30 dias de prazo? **Sra. Presidente:** Quem é conveniado não
378 recebe. Suspende-se o repasse por 30 dias. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** As Entidades terão
379 que ser avisadas por AR que foram suspensas. **Sra. Presidente:** Nós estamos pensando em publicar
380 no jornal de grande circulação. Evita, porque a gente manda por AR aí fica: *Ai, eu não recebi*. **Sra.**
381 **Rose C. Canabarro:** Eu tenho uma dúvida, tem uma Entidade que eu recebi *e-mail* que essa
382 Entidade não precisaria fazer a regularização, que já estava ok. Agora estou em dúvida. Um e-mail
383 do Conselho, que recém eles entregaram uma documentação, então, já estaria válido, não
384 precisaria. **Sra. Presidente:** Está correto, não deveria ter feito recadastramento, encaminhou agora o
385 recadastramento e a manutenção. **Sra. Leila Maria Pitta de Azevedo:** Então, ficou estipulado um
386 prazo, 30 dias? **Sra. Presidente:** Sim. A partir da publicação? **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:**
387 Normalmente, qualquer prazo que se dá é a partir da publicação. **Sra. Presidente:** Então, a partir do
388 momento que forem comunicados. É consenso isso, algum discorda desse encaminhamento? Ok,
389 então. **Sra. Eliane gassen:** Eu só sugiro que se estão pensando em uma modificação que já seja
390 avaliado, se é uma medida drástica é a consequência de não fazer. **Sra. Presidente:** Isso já está
391 sendo pensado. **Sra. Presidente:** Nós temos aqui dois ofícios que eu pedi para serem incluídos na

392 pauta, um é o Ofício nº 147, da FASC, do dia 09 de abril: *Ao cumprimentá-la cordialmente*
393 *dirigimo-nos a Vossa Senhoria com o objetivo de solicitar indicação de representante desse*
394 *Conselho para compor a comissão de elaboração do edital de Entidades executoras dos cursos*
395 *capacitação e geração de renda com recursos do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF,*
396 *provenientes da reprogramação dos saldos do exercício de 2005. Vocês lembram que lá por agosto*
397 *do ano passado nós aprovamos aqueles 89 mil da reprogramação de 2005, que era para ser*
398 *repassado para Entidade, que até hoje não foi. Então, a recém está vindo para ser indicada uma*
399 *pessoa para compor a comissão de elaboração do edital. Alguém se disponibiliza? Depois fica: Mas*
400 *por que só a fulana vai? Mas quando a gente trás ninguém se disponibiliza. Sra. Lurdes Vargas de*
401 **Souza:** Eu quero participar. **Sra. Presidente:** Alguém mais? Todos concordam que seja a Lurdes?
402 Então, é a Lurdes. Sandra, leia o próximo. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Ofício que chegou do
403 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, referente a processo eleitoral dos
404 Conselhos Tutelares, Comissão Eleitoral. *Prezada Senhora, estamos em pleno processo eleitoral*
405 *dos novos Conselheiros Tutelares, é condição para ser habilitado para poder concorrer realizar*
406 *uma prova que abordará o ECA, as convenções de nº 138 e 182, da Organização Internacional do*
407 *Trabalho e a recomendação da ONT nº 190, conforme o art. 9, da Lei Municipal 10.179/07. Para*
408 *elaborar a prova a mesma lei definiu uma banca examinadora, integrada por sete membros, um*
409 *deles indicado pelo Conselho, CMDCA, CMAS, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal*
410 *de Educação, Conselho Municipal de Direitos Humanos, Conselho Municipal da Criança e do*
411 *Adolescente, de acordo com a art. 8, da referida lei. A prova realizar-se-á no dia 29 de julho de*
412 *2007. Por essa razão nos dirigimos a Vossa Senhoria para que indique o nome da pessoa que*
413 *integrará a banca examinadora no prazo de uma semana. Certos de sua compreensão, quanto à*
414 *importância da consolidação desse instrumento de defesa e de garantia dos direitos da criança e*
415 *adolescente, Conselhos Tutelares, atenciosamente. Sra. Presidente:* Quer participar, Eloísa? Só
416 quero lembrar o seguinte, o pessoal que está participando das comissões e não tem ido, quem se
417 disponibiliza a participar tem que ter a responsabilidade, principalmente nessa questão, porque se
418 não for não acontece o processo e isso atrasa, principalmente o edital. As pessoas têm que se
419 responsabilizar e ir, não pode faltar. **Sra. Marister da Cunha John:** Eu teria interesse também.
420 **Sra. Presidente:** É uma pessoa só, vamos ter que fazer votação. **Sra. Marister da Cunha John:**
421 Quem a Entidade é candidata não pode participar? **Sra. Presidente:** Não. É quem é candidata a
422 Conselheira Tutelar, aí não pode. **Sra. Eliane Gassen:** Agora que caiu a ficha do ofício anterior, do
423 PAIF. Eu queria só entender uma coisa, vai ser feito um edital para aqueles 89 mil, indicar uma
424 Entidade. Não é complemento para as famílias que já são atendidas pelo PAIF essas oficinas, ou vai
425 ser para novas famílias? Porque isso era dinheiro que não foi repassado, mas hoje 500 famílias que
426 já estão em atendimento. Aí uma Entidade hoje, diferente da que já executa o programa assume, aí
427 vai quem fazer as oficinas? São sete regiões em Porto Alegre. **Sra. Presidente:** Não, é oficineiro.
428 Se for um curso, vamos supor que seja o SENAC, vai ser edital, vai ser publicado, o SENAC pode
429 se candidatar, tantas quantas Entidades podem se candidatar dentro daquela especialidade da
430 oficina. Vai se escolher uma, que é com quem a Entidade vai estar negociando o oficineiro. **Sra.**
431 **Eliane Gassen:** Nós já fizemos isso e distribuímos oficinas por regiões, por questão de custo, não
432 se pode trazer alguém do Eixo e mandar para a Restinga, como não posso trazer da Restinga e
433 mandar para a Eixo. Então, nós já fizemos uma tentativa e o que deu mais certo foi cada região
434 executar o mais próximo das pessoas que são atendidas naquela região, pelo custo de deslocamento,
435 enfim. Então, os 89 mil viria de lá, porque eles aqui estão pensando em pagar oficineiro, e o resto?
436 É deslocamento, tudo isso. Eu não sei de onde vai sair o resto do recurso. **Sra. Sandra Mara**
437 **Nunes:** É capacitação que qualificação profissional, inclui instrutor, lanche, vale-transporte e
438 material para 150 pessoas, seis turmas, que dá os R\$ 89.100,00. **Sra. Eliane Gassen:** Mas se eu
439 trouxer atendidos do Eixo para fazer em outros lugares vai ser diferente. Esse cálculo aí para esse
440 montante de gente não dá. **Sra. Eunice Zimmermann:** Teria que ser uma Entidade que se

441 propusesse a fazer em vários lugares, ou pelo menos onde tem PAIF, naquela região. **Sra.**
442 **Presidente:** O que a Eliane está trazendo é procedente, porque esse recurso é um dinheiro que a
443 Entidade deveria ter recebido mês a mês e não recebeu. Ela deixou de receber e executou. Então, o
444 que ela não recebeu, que deveria ter feito um plano de aplicação para ser repassado, mas que foi isso
445 acertado, só que daí para as outras Entidades foi repassado mediante o plano de aplicação, para o
446 PAIF é edital. **Sra. Eliane Gassen:** É um dinheiro que era para ser repassado, o montante naquele
447 ano de 2005 e não foi, não foi em 2006 e estamos em 2007. Os 89 mil trabalhando dentro daquilo
448 que já existe é uma coisa, agora, você lançar para outras, dentro desse contexto, a não ser a não vão
449 atender as famílias do PAIF. Uma outra coisa que eu também queria deixar registrado, esse é um
450 dinheiro que ficou só na discussão, hoje nós temos quatro meses em atraso de novo, em 2007 não
451 foi pago nenhum mês ainda para a instituição. O programa está em dia, todos os funcionários
452 trabalhando, executando normal. É isso que acontece, estamos no mês de maio e a última verba que
453 a gente recebeu foi a de dezembro. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** E depois vão fazer um
454 edital? **Sra. Presidente:** Se é do saldo de 2005 esse recurso é da Entidade, não é edital, porque ela
455 deveria ter recebido em 2005. Tem que fazer o plano de aplicação, que é isso que nós votamos, o
456 plano de aplicação e o plano de trabalho, que pelo que eu entendi era isto aqui, os cursos de
457 capacitação. Inclusive a Comissão de Políticas trabalhou dentro da proposta que veio e referendou,
458 porque a proposta que veio, se eu não me engano, era capacitação para os funcionários e nós
459 transformamos em curso de capacitação aos usuários. Isso foi lá na sede velha ainda. Então, esse
460 recurso é da Entidade, não é edital. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Então, tem que enviar que
461 não é edital, que a nossa sugestão é que seja feito dessa maneira. **Sra. Presidente:** Que já era para
462 ter sido recebido esse recurso, porque já teve resolução o ano passado. **Sra. Lurdes Vargas de**
463 **Souza:** Não pode ter feito o plano de aplicação e ter recebido o dinheiro? Como isso acontece
464 muito. Se exige um plano de aplicação, faz, entrega e não entra o dinheiro. Será que isso não
465 aconteceu? **Sra. Eliane Gassen:** Nós só viemos a descobrir que tinha esse quando sobrou aquele
466 saldo todo em 2005 e que ia ser devolvido, os outros programas já receberam. Nós até no ano
467 passado aprovamos tudo, o PAIF estava dentro dos 89 mil, só que isso nunca mais apareceu. Como
468 nós temos uma briga maior, que é botar em dia o que já está em andamento, isso foi ficando para
469 trás, porque aquilo foi um saldo de 2005, nós estamos em 2007. O que eu estou colocando é que vão
470 botar os 89 mil, que era de 2005, para ser repassado para a instituição, hoje é para fazer um edital
471 para outras concorrerem. **Sra. Presidente:** O encaminhamento que nós vamos fazer, quero ver se
472 vocês concordam, é da gente devolver à FASC, levantando esses questionamentos, porque o nosso
473 encaminhamento é que se é reprogramação não tem que sair edital, este recurso é devido para a
474 Entidade. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Chamando atenção nessa questão de atraso de valores e
475 quem tem que exigir que seja pago. **Sra. Presidente:** Chamando atenção que nós aprovamos no
476 início de 2006, é um ano. Então, isso foi aprovado, ficou parado, a Entidade vai estar recebendo um
477 ano depois, o que já gerou de juros, como fica? Há também a questão do atraso dos repasses, porque
478 a Entidade não consegue receber em dia e o Governo Federal tem repassado em dia, até o 10º dia do
479 mês ele tem repassado. Então, o máximo que poderia haver é um mês de atraso, porque o resto do
480 dinheiro está aí. Nós já encaminhamos a solicitação de prestação de contas dos dois últimos
481 trimestres, não recebemos ainda. Nós recebemos semana passada, nessa reunião do CNAS, os
482 recursos que foram destinados para o Rio Grande do Sul, está aqui a planilha. Então, qual a
483 justificativa dos recursos não estarem sendo repassados? **Frei José Bernardi:** Tu trouxeste esses
484 dois ofícios, incluiu na pauta, demorou do dia 09 de abril até 08 de maio? **Sra. Presidente:** Foi,
485 chegou aqui dia 10 de abril, deve ter ido para a Comissão de Políticas, e estava na minha pasta para
486 despachar hoje. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Então, este eu vou encaminhar para a FASC. Este
487 outro tem a indicação para a comissão, que tem duas pessoas interessadas em participar, a Eloísa e a
488 Marister. **Sra. Presidente:** Vamos colocar em votação quem vai participar o CMDCA. **Sra. Eunice**
489 **Zimmermann:** Marister, os objetivos. **Sra. Marister da Cunha John:** Não sei, os objetivos, eu

490 pelo menos quero participar na questão de poder ter mais uma instância, que a gente vai poder ter
491 um olhar também com a questão da assistência. Eu leio alguma coisa sobre o Conselho, a questão
492 da criança e do adolescente, eu acho que é algo bem interessante e complicado. **Sra. Eloísa Helena**
493 **C. Strehlau:** Eu quero participar porque é uma forma de estar mais aproximada do CMDCA, eu já
494 participo do Núcleo de Políticas Sociais. Eu acho que aqui nós somos da assistência social, não
495 focado na criança e adolescente, isso me interessa porque eu sou gerente de um dos programas do
496 Governo que trata desse assunto. Eu gostaria de ter uma participação mais próxima do Conselho
497 Tutelar, já que são eles que vão estar junto com as crianças fazendo um trabalho que todos já
498 conhecem. **Sra. Presidente:** Vamos colocar em votação, vamos por ordem de solicitação de
499 participação. Quem concorda que seja a Eloísa que levante a mão, sete. Quem concorda que seja a
500 Marister? Doze. A gente pode até verificar com o CMDCA se há a possibilidade de ficar as duas. Se
501 tiver essa possibilidade a gente indica uma como titular e a outra como suplentes, ou que a duas
502 possam estar participando. Nós temos o convênio do SASE para ser referendado, a não ser que
503 queiram deixar para próxima vez. A Lei da Solidariedade é mais informe, não sei se vocês já
504 sabem do que está acontecendo. **5. Lei da Solidariedade.** Então, a gente recebeu um documento do
505 CRESS e do Conselho de Psicologia, do Fórum de Entidades do Estado. **Sra. Maria do Carmo de**
506 **Souza:** Eles estão informando que nos encaminharam esse documento, eles encaminharam para o
507 Ministério Público, onde faz um histórico, com todas as colocações, eles citam onde constam tanto
508 no PNAS, quanto na LOAS, quanto no SUAS, contradições que tem na lei de Solidariedade.
509 *Prezado Senhor, ao cumprimentá-lo cordialmente o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS,*
510 *CAIPOS Brasileira Regional do Rio Grande do Sul, trazem ao conhecimento de Vossa Senhoria*
511 *ponderações relativas às propostas de alteração da Lei de Solidariedade, as quais, segundo nossa*
512 *interpretação, colidem com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, com a Política de*
513 *Assistência Social – PNAS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O material apresentado*
514 *por representante da Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social, anexo I, em plenária do*
515 *Conselho Estadual de Assistência Social, em reunião do Fórum Estadual de Assistência Social não*
516 *governamental evidencia equívocos em relação a diretrizes, princípios e gestão da política de*
517 *assistência social do Estado do Rio Grande do Sul. É só isso, é mais para o nosso conhecimento*
518 *dessa documentação para o Ministério Público fazer esse estudo e propor essa mudança na Lei de*
519 *Solidariedade. Eles sugerem as mudanças.* **Sra. Sandra Mara Nunes:** É um movimento contrário.
520 **Sra. Presidente:** Cria um outro Conselho, que é um Conselho de Entidades Privadas, que do nosso
521 ponto de vista compete, inclusive, com o Conselho de Assistência. Vem na contramão do SUAS, de
522 tudo aquilo que tem decidido. Além disso, são seis Entidades âncoras, que é quem vai definir quais
523 são as outras Entidades que poderão receber algum recurso para projetos. Então, tem uma série de
524 coisas que não dá para a gente simplesmente concordar e fechar os olhos. **Sra. Miriam Dabdab D.**
525 **Kolinger:** Eles pediram a assinatura do CMAS? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Não, só informando.
526 **Sra. Presidente:** As assinaturas são individuais de Entidades que queiram participar. **Frei José**
527 **Bernardi:** Nós como Conselho teríamos uma palavra sobre isso? **Sra. Presidente:** Eu parto do
528 princípio que sim, mas como a gente não tinha discutido, não tinha trazido para o Conselho, não
529 tinha como a gente tomar uma posição. Eu enquanto pessoa, enquanto a minha Entidade, tomamos
530 posição; agora, como Conselho não dá para tomar posição. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** A
531 Executiva só soube disso na última reunião. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Eles já mandaram
532 para o Ministério Público, não tem como nós mandarmos também referendando? **Sra. Sandra**
533 **Mara Nunes:** Se nós mandarmos de apoio temos que discutir, fazer uma votação na Plenária e ver
534 se todos estão de acordo. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Eu acho que pode entrar na próxima
535 pauta. **Sra. Presidente:** Nós podemos estar enviando a cópia para todos os Conselheiros. As
536 Entidades não governamentais do Fórum de Entidades, aquelas que não concordaram que estão
537 fazendo o movimento. Então, é um movimento muito mais das entidades que não concordam que
538 estão se mobilizado. **Frei José Bernardi:** Até para as Entidades que estiverem de acordo poder

539 subscrever. **Sra. Presidente:** Então, vamos estar encaminhando para os Conselheiros poderem estar
540 tomando conhecimento. **Sra. Marister da Cunha John:** A questão toda é dada à modalidade da
541 Lei da Solidariedade. É que a maneira como foram escolhidas as entidades-âncora, que foram
542 escolhidas praticamente por empresários, o dinheiro todo vai ser aplicado na área da assistência,
543 mas vai ficar na mão dessas seis entidades-âncora, que vai ter um fundo próprio com o dinheiro
544 público, isso não é legal. Então, é bem mais minucioso. Acho que caberia alguém do CRESS vir
545 aqui explicar, acho que a Bernadette. A nossa Entidade é uma Entidade Suplente no CEAS, não tem
546 vôo, mas ela discordou desse sistema, como a Fé e Alegria. Na verdade, quando foi votado isso no
547 CEAS já estavam os projetos todos com as âncoras, prontos, as próprias âncoras votaram na
548 aprovação. Então, tem um problema muito grave, é uma coisa fechada e é algo que a gente tem que
549 poder entender. E substituí o CEAS, não tem mais razão de existir. **Sra. Presidente:** Não só os
550 estaduais, os municipais também. Então, a gente vai estar repassando para todos os Conselheiros e
551 podemos voltar a discutir na próxima Plenária. **Frei José Bernardi:** E dar um tempo para a
552 representante do CRESS aqui. **Sra. Presidente:** O Maurício Vian está solicitando um espaço na
553 nossa Plenária, porque ele acha que quando a gente rejeitou aqui no Conselho não foi bem
554 defendido, bem explicado. Então, a gente pode estar trazendo no mesmo dia, dar o mesmo espaço
555 para os dois. **6. Termo de Convênio SASE e Trabalho Educativo.** O SASE a gente vai ter que
556 estar lendo rapidamente, mas não temos mais quorum. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Olha,
557 mesmo que eu leia rápido aqui tem uns questionamentos bem fortes. **Sra. Presidente:** Então, fica
558 trabalho Educativo e SASE para a próxima Plenária. A sugestão é que se encaminhe por *e-mail* para
559 os Conselheiros. Diva, tu ficas com essa tarefa de sinalizar ali o que a está modificando no termo de
560 convênio. Então, muito obrigada, boa-noite. (*Encerra-se a reunião às 20h15min*)
561